

Tecnologia do descarrilamento

O REAL PAPEL DO “DESENVOLVIMENTISMO” NO PRIMEIRO MANDATO DE FHC

*Rogério L. Furquim Werneck**

A indigência do debate econômico no País é bem evidenciada pelo ressurgimento da corrente que se auto-intitula “desenvolvimentista”. O rótulo é no mínimo curioso. Em princípio, o mais razoável seria supor que todos deveriam ser “desenvolvimentistas”. É difícil imaginar quem possa ser contra o desenvolvimento econômico ou perversamente favorável a desenvolvimento mais lento. Mas embora pouco ajude a diferenciar, o termo “desenvolvimentista” está voltando a ser explorado politicamente, com inegável oportunismo. Na melhor das hipóteses, a designação parece querer dizer que, em qualquer escolha de política econômica, quem assim se rotula, em princípio, prefere “dar prioridade ao desenvolvimento”. Entender em abstrato o que isto realmente significa não parece muito simples. Mas o entendimento fica bem mais claro quando se tem em mente o real papel desempenhado pelos “desenvolvimentistas” no primeiro mandato de FHC.

Desde a eleição de 1994, já se sabia que a consolidação dos resultados iniciais do Plano Real deveria exigir um profundo esforço de reconstrução do setor público. Contudo, o novo governo logo se viu tomado de ambivalência acerca da prioridade que deveria ser conferida ao ajuste fiscal. Especialmente a partir do quarto trimestre de 1995, quando os “desenvolvimentistas” conseguiram uma ampliação substancial de sua presença no governo. Já no final daquele ano, as evidências de falta de convicção sobre o que se fazia necessário tornaram-se inequívocas. Cedendo às pressões dos “desenvolvimentistas”, o governo anunciou que o Banespa -- sob intervenção do Banco Central desde o apagar das luzes do mandato de Itamar Franco -- seria afinal devolvido ao governo do Estado de São Paulo. A devolução acabou não sendo consumada. Mas o recuo do governo, anunciado com todas as letras, significou um sério revés para o esforço de ajuste fiscal. Não houve governador ou parlamentar que não percebesse que o vento em Brasília havia mudado.

Qualquer dúvida a este respeito, desapareceria em seguida, no decorrer do primeiro semestre de 1996. Depois de muito alarde sobre uma imaginosa inovação financeira, que supostamente permitiria ao governo federal ter acesso antecipado a receitas de privatização, montou-se no BNDES, por trás de um programa de incentivos à privatização de empresas estaduais de energia elétrica, uma canhestra operação de distribuição de recursos federais aos Estados, desvinculada de qualquer plano de reestruturação das finanças estaduais. Qualquer senso de urgência que os governadores ainda pudessem ter, acerca da necessidade de implantar reformas mais ousadas nos Estados, desapareceu como por encanto. Tornaram-se todos mais convictos de que não haveria melhor solução para suas dificuldades financeiras do que a busca do guichê certo na administração federal.

Como era de se esperar, as antecipações de receitas de privatização obtidas do BNDES foram basicamente destinadas a expansão de dispêndio, com frequência dispêndio corrente. Na verdade, já havia ficado difícil exigir que os Estados dessem utilização mais prudente a tais recursos. Não se pode esquecer que, ao longo de 1996 e do primeiro semestre de 1997, os “desenvolvimentistas” desencadearam uma ruidosa campanha contra a destinação dos

recursos da privatização para resgate de dívida pública. Não obstante a calamitosa situação das finanças federais, deliravam com planos fantasiosos de retomada imediata do crescimento econômico, com farto programa de investimento financiado por receitas de privatização. A crise da Ásia trouxe o governo de volta à realidade. Arquivaram-se as fantasias e os recursos da privatização voltaram a ser integralmente destinados a resgate da dívida.

Alarmado com a vulnerabilidade da economia brasileira, em face da deterioração do quadro externo, o governo anunciou em novembro de 1997, o que ficou conhecido como Pacote 51. Um conjunto de medidas fiscais preparado às pressas, que acabaria tendo vida curta. Em meados do primeiro semestre de 1998, sinais de melhora do quadro externo estimularam os “desenvolvimentistas” a se baterem, com sucesso, pelo abandono da contenção de gastos que havia sido imposta poucos meses antes. O pacote foi implodido. Em meio a racionalizações primitivas do tipo “ajuste fiscal se faz com a economia crescendo, e pelo lado da receita”, os “desenvolvimentistas” deixaram mais uma vez a marca indelével da irresponsabilidade fiscal. O final desta história é bem conhecido. Atropelado pela crise da Rússia, a menos de dois meses das eleições, o governo viu-se novamente em desesperada corrida contra o tempo, tentando restaurar a reputação e a credibilidade da sua política econômica. E é bom lembrar que, em meio ao sufoco, os “desenvolvimentistas” já propunham outra solução. Pregavam a imposição de um severo controle sobre fluxos de capitais.

Já passados dois anos, tendo sido a crise superada, e estando a economia novamente estabilizada e em franco processo de expansão, é triste que a opinião pública esteja agora sendo levada a acreditar que a taxa de crescimento econômico é apenas uma questão de imaginação e vontade política. Se fosse tão simples, seria difícil explicar porque tantos países insistem em crescer a taxas relativamente baixas. Porque não crescem a 7, 10 ou 12% ao ano? O que lhes falta? Imaginação ou vontade política? A verdade é que o processo de crescimento econômico se faz no ritmo permitido pelas possibilidades e pelos entraves de cada economia. O desafio da gestão da política econômica é, de um lado, explorar os limites do possível e manter a economia em expansão, no trilho do crescimento sustentável. E, de outro, por meio de políticas de prazo mais longo, procurar ampliar as possibilidades e remover os entraves mais relevantes.

Os “desenvolvimentistas” alegam agora ter dominado a tecnologia do crescimento rápido. Querem convencer o País de que descobriram a fórmula mágica da aceleração do crescimento. Como nos últimos anos, parecem pouco se importar com as condições da máquina ou com o que vem pela frente. Simplesmente clamam por mais velocidade, mesmo com o produto industrial crescendo a 7% ao ano. Mas, a julgar pelo seu desempenho no primeiro mandato, o que os “desenvolvimentistas” efetivamente dominam é a tecnologia do descarrilamento.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.